
EDITAL N  006/2009

PROCESSO N  029/2009
MODALIDADE DE LICITA O: PREGÃO
PRESENCIAL
TIPO DE LICITA O: MENOR PREÇO GLOBAL
REGIME DE EXECU O: EMPREITADA
INDIRETA POR PREÇO GLOBAL
OBJETO DA LICITA O: SERVIÇOS DE
TELEFONISTAS

O Conselho Regional de Enfermagem do Paraná – Coren-PR, Autarquia Federal criada pela Lei n  5.905/73, com Sede na Rua XV de Novembro, 279 – 7  andar, Curitiba-PR, CEP 80020-921, através de seu Presidente, Dr. Montgomery Pastorelo Benites, torna pública a ocorrência do presente pregão presencial que tem por objeto a presta o de serviços de telefonistas (descri o detalhada no t pico 8, abaixo). O Pregão será regido pela Lei n  10520/02, pelos Decretos n  3555/00 e subsidiariamente pela Lei n  8.666/93.

Dados sobre a se o e o recebimento dos documentos de habilita o e das propostas:

- 1 - Local: Sede do Coren-PR na R. XV de Novembro, 279 – 7   andar – Curitiba-PR
- 2 - Data: 05 de Novembro de 2009
- 3 - Credenciamento será iniciado às 9:00 h
- 4 - In cio da abertura das propostas: 10:00 h

O licitante interessado que não puder comparecer no local indicado ou não puder enviar preposto devidamente autorizado para representá-lo, poderá enviar os envelopes contendo os documentos de habilita o e as propostas através de

correspondência. Dentro dessa correspondência devem existir 2 envelopes distintos, um para os documentos de habilitação e outro para as propostas. Externo aos envelopes de proposta e habilitação deve constar a “Declaração de Habilitação”, modelo no Anexo I.

A correspondência deve ser enviada para o endereço da Sede do Coren-PR e chegar até o dia 04/11/09, do contrário a proposta não será considerada.

1. RELAÇÃO DE ANEXOS

Integram o Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de Declaração de Habilitação

Anexo II - Modelo de Procuração

Anexo III - Modelo de Declaração de não Emprego de Menor

Anexo IV - Minuta do Contrato

Anexo V - Planilha de Formação de Preços

2. CREDENCIAMENTO

O credenciamento tem a finalidade de identificar os proponentes e seus eventuais procuradores que acompanharão a seção nela atuando conforme seus poderes

Será iniciado às 9:00 h com a apresentação da documentação necessária, especificada a seguir.

Os documentos referidos abaixo, **quando não expressamente previsto de modo diverso**, podem ser apresentados de uma das seguintes formas: (1) cópias autenticadas em cartório, ou (2) originais acompanhados de cópias simples que serão autenticadas por funcionário do Coren-PR:

- **Tratando-se de empresa individual**, quando o próprio empresário comparece   seção: seu documento oficial de identificação e Registro Comercial

- **Tratando-se de sociedade empresária**, quando o próprio representante legal (gerente, sócio, sócio-gerente) comparece à seção: seu documento oficial de identificação, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa. Pode ser substituído por Certidão Simplificada da Junta Comercial.
- Caso o licitante se enquadre nas condições e seja considerado **Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme a Lei Complementar nº 123/06, art. 3º, I e II, deverá fazer prova de tal condição através de Certidão expedida pela Junta Comercial, como determina a Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio nº 103/07, art. 8º. A certidão deve ser apresentada no momento do credenciamento, pelo próprio licitante ou pelo procurador.
- **Tratando-se se Procurador**: Procuração **original** discriminando os poderes outorgados, podendo seguir o modelo que consta no Anexo II – Modelo de Procuração, acompanhada do documento correspondente, dentre os acima (conforme se trate de empresa individual, sociedade empresária, Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte) que comprove que o mandante que assina a procuração está autorizado a fazer a outorga de poderes. A não apresentação da procuração não ocasionará a desclassificação do licitante, mas impedirá o suposto procurador de se manifestar ou responder em nome do licitante. A incompletude dos poderes que seriam necessários para algum ato apenas impedirá a prática desse ato.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

Não poderá participar do processo licitatório na condição de licitante:

- a. Empresa a que foi aplicada a san o de declara o de inidoneidade através de processo administrativo, na forma do art. 87, IV da Lei n  8666/93 ou do art. 7  da Lei n  10520/02;
- b. Empresa a que foi aplicada a san o de suspensão do direito de licitar através de processo administrativo, na forma do art. 87, III d Lei n  8666/93, durante a vigência da suspensão;
- c. Empresa estrangeira que não funcione no Brasil;
- d. Autor do termo de referência, seja pessoa física ou jurídica;
- e. Empresa da qual o autor do termo de referência possua mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, seja gerente, dirigente, acionista, controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- f. Empresa que possua vínculos, seja de natureza técnica, comercial, econ mica, financeira ou trabalhista com o autor do termo de referência, ou cujo responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, possua vínculo daquela espécie com o autor, ou cujo fornecedor dos bens e serviços necessários ao objeto do preço possua aquele tipo de vínculo com o autor;
- g. Servidor ou dirigente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná;
- h. Cooperativas de trabalho – conforme decisão nos autos da A o Civil Pública n  1082/02, datada 05/06/2003, impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, que tramitou perante a 20  Vara do Trabalho de Brasília, na qual foi firmado acordo judicial pelo qual a União se comprometeu a não mais contratar cooperativas de mão-de-obra e ainda recomendar às suas autarquias, funda oes empresas públicas e sociedades de economia mista o estabelecimento dessas mesmas diretrizes (cláusula 5  do acordo) – tal acordo abrange as Autarquias Federais como o Coren-PR;
- i. Empresas reunidas em consórcio ou coliga o.

4. IMPUGNA ES

Até 2 dias úteis antes de ocorrer a abertura das propostas, qualquer cidadão poderá impugnar o Edital por irregularidades na aplica o da legisla o mencionada no preâmbulo, protocolando requerimento direcionado ao Pregoeiro na Sede do  rgo. Essa impugna o será julgada e respondida em até 24 horas.

5. ESCLARECIMENTOS SOBRE O PREGÃO

Até 2 dias úteis antes de ocorrer a abertura das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos ou providências, protocolando requerimento direcionado ao Pregoeiro na Sede do  rgo, ou através do e-mail licitacao@corenpr.org.br. Essa solicita o será respondida em até 24 horas.

6. ASSINATURA DO CONTRATO

Homologado o processo de licita o pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato através de correspondência, enviada para o endereço que informar na proposta, com aviso de recebimento (AR), ou através do e-mail informado com pedido de confirma o de recebimento.

O prazo para comparecimento e assinatura do contrato   de 2 dias úteis após a convoca o, **apresentando planilha de preços readequada, conforme o lance vencedor.**

O procurador, com o devido instrumento de mandato, deverá comparecer no prazo mencionado na Sede do Coren-PR, das 9:00 às 16:00 horas, tratando com o membro da Comissão de Gestão de Contratos, Sr. Josenilson da Rocha Lima.

  condi o para assinatura do contrato a manuten o das condi es de habilita o requeridas nesse edital. Se, na data de assinatura do contrato, as certidões de regularidade fiscal apresentadas ainda estiverem dentro de seus prazos de validade, não

será exigida nova apresenta o. Do contrário, deverá ser apresentada nova certidão (ou certidões) válidas.

Por ocasião da assinatura deve ser indicado o número da conta corrente em nome da empresa (se sociedade empresária) ou do proprietário (se empresário individual), banco e agência, para efeito de pagamento.

O não comparecimento, após regular convoca o, no prazo estabelecido, autoriza o Coren-PR a convocar os licitantes remanescentes, seguindo a ordem de classifica o, para assinarem o contrato nas mesmas condi es do primeiro colocado, como autorizam a Lei n  8666/93, art. 64,   2  e a Lei Complementar n  123/06, art. 43,   2 .

7. SAN OES

A aplica o de qualquer san o será precedida de processo administrativo, regulado pela Lei n  9784/99, observando a legisla o citada no pre bulo e o seguinte:

- I. **RECUSA EM ASSINAR O CONTRATO** – O caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou instrumento equivalente, após regular convoca o, sujeitará o recusante   penalidade de multa de 5% do valor da proposta vencedora:
 - a. Eventual justificativa da impossibilidade de assinar o contrato ou instrumento equivalente deve ser apresentada em requerimento escrito na Sede do Coren-PR dentro do mesmo prazo para assinatura, sob pena de preclusão.
 - b. Não se aplicar  tal san o aos recusantes convocados na forma da Lei n  8666/93, art. 64,   2 , ou da Lei Complementar n  123/06, art. 43,   2 .
 - c. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município pelo prazo de 5 anos, conforme Lei n  10520/02, art. 7 .

II. **ATRASO NA EXECUÇAO** – O caso de atraso no início da execuçao do contrato ou de parcela do contrato, sujeitará o contratado  penalidade de multa de 5% do valor da proposta vencedora:

- a. Eventual justificativa ou motivaao de atraso deve ser apresentada em requerimento escrito na Sede do Coren-PR dentro do mesmo prazo previsto para o início da execuçao, sob pena de preclusao. A justificativa será julgada pela autoridade competente.
- b. ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município pelo prazo de 5 anos, conforme Lei n 10520/02, art. 7.

III. **FALSA DECLARAAO DE HABILITAAO** – A falsa declaraao de cumprimento pleno dos requisitos de habilitaao sujeitará  declaraao de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 anos, sem prejuízo de outras penalidades, Lei n 10520/02, art. 7.

8. OBJETO – DESCRIÇAO DETALHADA

O presente pregão tem por objeto a contrataao de empresa para prestar serviços de telefonistas.

8.1. POSTOS DE TRABALHO

Local	N de postos	Escala de trabalho
Sede Regional R. XV de Novembro, 279 7 andar – Curitiba-PR	1	Segunda a Sexta-feira 8 – 14 h
Subseao Curitiba e Região Metropolitana Av. Agostinho Leão Jr., 55 Curitiba-PR	2	Segunda a Sexta-feira 1 posto: 7 – 13h 2 posto: 12 – 18h

8.2. DESCRI O DOS SERVIÇOS DOS TELEFONISTAS:

- a) Realizarão os atendimentos telef nicos, diagnosticando a d vida e repassando ao setor ou funcionário responsável pelo assunto;
- b) Prestar o informações mais detalhadas, porém básicas, em relação aos documentos e custos para realizar os diversos procedimentos, como inscrição profissional, baixa por não exercer, mudança e transferência;
- c) Prestar o demais informações, como endereços das Subseções, horários de funcionamento;
- d) Outras compatíveis com as acima, solicitados pelo Coren-PR.

9. HABILITA O – CONDI OES ESPECÍFICAS DE PARTICIPA O

Os documentos de habilitação poderão ser apresentados das seguintes formas:

- a. originais;
- b. cópias autenticadas em cartório;
- c. originais acompanhados de cópias simples que serão autenticadas pelo Pregoeiro ou por qualquer membro da equipe de apoio.

Poderão ser apresentadas certidões emitidas eletronicamente. Nesse caso ter o sua validade aferida nos sites respectivos.

Como conteúdo do Envelope de Habilitação o licitante interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Como Habilitação Jurídica

- 1.1. Cédula de identidade – tratando-se o licitante de pessoa física;
- 1.2. Registro comercial – tratando-se o licitante de empresa individual;
- 1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado - tratando-se o licitante de sociedade empresária. Pode ser substituído por Certidão Simplificada da Junta Comercial

1.4. Para Micro Empresas e Empresas de Pequeno porte: Certidão da Junta Comercial, conforme Instruo Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio n 103/07, art. 8, caso não tenham apresentado no momento do credenciamento.

2. Como comprovao de Regularidade Fiscal

2.1. CPF – tratando-se o licitante de pessoa física;

2.2. CNPJ – tratando-se o licitante de pessoa jurídica;

2.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social, como determina a Constituio Federal, art. 195,  3. Pode ser obtida no site <http://www.receita.fazenda.gov.br>, exceto para contribuinte individual, a ser obtida no site <http://www.mps.gov.br>;

2.4. Prova de regularidade com o FGTS – caso possua empregados. Pode ser obtida no site <http://www.caixa.gov.br/fgts/crf/index.asp>;

2.5. Prova de regularidade fiscal com as fazendas públicas:

2.5.1. Federal e dvida ativa da União (CND tributos federais);

2.5.2. Estadual do domicílio da empresa (CND tributos estaduais);

2.5.3. Municipal do domicílio da empresa (CND tributos municipais).

A Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte deve apresentar a documentao quanto a regularidade fiscal mesmo que haja restrio. Nesse caso lhe será concedido o prazo de 2 dias para regularizao, como determina a Lei Complementar n 123/06, art. 42 e 43,  1 e 2.

3. Declarao de não emprego de menor – documento firmado pelo licitante declarando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condio de aprendiz, a partir dos quatorze, atendendo ao contido na Constituio Federal, art. 7, XXXIII. Podendo seguir o modelo do Anexo III – Declarao de não emprego de menor.

Será inabilitado, não podendo participar de fases subsequentes, o licitante que deixar de apresentar qualquer dos documentos acima ou que apresentá-los incompletos.

10. PROPOSTAS – FORMA DE APRESENTAO

Deverá ser apresentado (ou encaminhado por correspondência, como descrito no Preâmbulo) um envelope para os documentos de habilitao e outro para as propostas.

O licitante interessado ou seu procurador, apresentar documento, **externo aos envelopes de proposta e habilitao**, em que declara estar ciente de que cumpre plenamente os requisitos de habilitao, na forma da Lei n 10520/02, art. 4, VII. Para isso, poderá ser seguido o modelo do Anexo I – Modelo de Declarao de Habilitao.

Os envelopes devem ser pardos (não transparentes) e indevassáveis.

Os envelopes devem ser identificados da seguinte forma:

Envelope de Proposta:

(NOME OU RAZÃO SOCIAL)

(CNPJ)

Envelope n 1 – Proposta

Edital n 006/2009

Envelope de Documentos de Habilita o - contendo os respectivos documentos:

<p style="text-align: center;">(NOME OU RAZÃO SOCIAL) (CNPJ) Envelope n� 2 – Habilita�o Edital n� 006/2009</p>
--

A proposta deverá ser apresentada na forma do Anexo V - Planilha de Forma o de Preços.

A proposta deve:

1. Indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletr nico;
2. Ser redigida em língua portuguesa, admitidas expressões técnicas de uso corrente em língua estrangeira;
3. Não conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas;
4. Ser datada, rubricada em todas as folhas e ao final assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, se assim credenciado;
5. Ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresenta o;
6. Observar a descri o do objeto da presente licita o, não alterando suas especifica es, características ou quantidades;
7. Indicar os preços em moeda corrente nacional, em algarismos, com 02 (duas) casas decimais, apurados   data de sua apresenta o, fixos e irrealizáveis nos primeiros 12 meses do contrato. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da presente licita o;

8. Conter oferta precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condi o que não permita ou dificulte o julgamento objetivo.

Eventuais erros formais nas propostas poderão ser corrigidos pelo licitante ou por seu procurador, devidamente autorizado, se presente um ou outro   se o.

Será desclassificado o licitante que apresentar proposta em desconformidade com o exigido ou cujo preço não seja aceitável.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Compete ao Pregoeiro, com auxilio da equipe de apoio, receber as propostas, classificá-las, acompanhar os lances, analisar a aceitabilidade dos preços, bem como lhe cabe avaliar os documentos de habilita o, tudo seguindo o disposto neste Edital, na Lei n  10520/02, no Decreto n  3555/00 e subsidiariamente na Lei n  8666/93.

Todo o ocorrido constará da ata da se o, que, como todos os documentos e propostas, será assinada pelos licitantes presentes ou por seus procuradores e pelo Pregoeiro e membros da equipe de apoio.

Ao Pregoeiro ou   autoridade superior   facultada, em qualquer fase da licita o, a promo o de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instru o do processo, não se admitindo, entretanto, a inclusão de documento ou informa o que deveria constar originariamente da proposta ou entre os documentos de habilita o.

Será seguido o critério de MENOR PREÇO GLOBAL.

As propostas serão classificadas em ordem crescente de valor. Serão selecionadas para a fase de lances verbais: a proposta de menor valor e as de valor até 10% superiores a ela, ou as imediatamente superiores até completar 3 propostas para participar dessa fase, exceto se não houver licitantes suficientes.

Dentre os selecionados, os lances serão iniciados seguindo a ordem da proposta de maior valor para a de menor valor e deverão ser sucessivos e decrescentes.

A redu o mínima será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Desistindo de apresentar lance verbal, será mantido o último preço proposto pelo licitante classificado e assim registrado para finalidade de ordenar as propostas.

Finalizados os lances, caso haja, dentre os licitantes, Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, assim devidamente identificada, que tenha apresentado preço não superior a 5% do menor preço obtido, será possibilitado que apresente proposta inferior no prazo de 5 minutos. Havendo mais de uma proponente nessa situa o, a possibilidade de reduzir a proposta caberá, em primeiro lugar,   de menor preço dentre elas. Empatadas as proponentes nessa situa o, o direito   redu o será apurado por sorteio na forma da Lei n  8666/93, art. 45,   2 .

Encerrada a etapa de lances, ou caso essa não ocorra, ou após o uso do direito de redu o tratado acima, será avaliada a aceitabilidade do preço, ou proposta, podendo o Pregoeiro negociar para obten o de menor preço.

Aceita a proposta, ou o lance, ou a negocia o, serão avaliados os documentos de habilita o. Estando em conformidade será declarado o vencedor.

Inabilitado o licitante da melhor proposta, será adotado o mesmo procedimento de avalia o dos documentos de habilita o das propostas seguintes, conforme a ordem de classifica o, até que o proponente esteja devidamente habilitado, admitindo-se sempre a negocia o para obten o de menor preço.

Havendo manifesta o de interesse de recorrer por parte de licitante cujo envelope de documentos de habilita o não precisou ser aberto, tal envelope permanecerá fechado e será mantido no processo. Passado o prazo para as razões de recurso sem sua apresenta o ou julgado improcedente o recurso, o envelope poderá ser retirado.

Não havendo manifesta o de interesse de recorrer, o envelope de documentos de habilita o que não precisou ser aberto será devolvido para o licitante ou seu procurador. Seguirá o processo para homologa o pelo Presidente do Coren-PR.

12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Foram apurados no Processo Administrativo n  29/2009, como média das pesquisas realizadas, os seguintes preços de referência que corresponderão aos preços

máximos aceitos pelo Coren-PR: **R\$ 51.384,00** (cinquenta e um mil, trezentos e oitenta e quatro reais).

13. CONDI ES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Recebimento provisório: O responsável ou comissão, assim designado pelo CONTRATANTE, pelo acompanhamento receberá provisoriamente o objeto do Contrato, elaborando termo circunstanciado em até 15 dias após a comunica o formal da conclusão. O termo será assinado por ele e pela CONTRATADA ou por seu representante. Passado o prazo de 15 dias sem a emissão do termo, será considerado recebido provisoriamente o objeto.

Recebimento definitivo: O responsável ou comissão designada pelo CONTRATANTE, receberá definitivamente o objeto do Contrato, após prazo de observa o e vistoria que não exceder  90 dias, elaborando termo circunstanciado que será assinado pelo responsável ou comissão e pela CONTRATADA ou por seu representante. Passado o prazo de 90 dias sem a emissão do termo, será considerado recebido definitivamente o objeto.

Mesmo após o recebimento definitivo se mant m, para o contratado, a responsabilidade civil e  tico-profissional pela perfeita execu o, estando obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas custas, total ou parcialmente, o objeto sempre que se verificarem vícios, defeitos ou incorre es.

14. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

Durante a vigência do contrato os preços não serão reajustados.

S  de admitir  reajustamento mediante requerimento formal do prestador em que demonstre terem ocorrido fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, que contribuíram para o retardamento ou impossibilitaram a execu o dos

serviços ou o fornecimento dos materiais, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configure risco econ mico extraordinário e extracontratual.

15. CONDI OES DE PAGAMENTO

O pagamento correrá por conta da dota o orçamentária n  04.1.02.001.0001.0005.0031 (Serviços Terceirizados de Telefonistas).

O contratado apresentar , mensalmente, após a presta o do serviço, a nota-fiscal pertinente, onde devem ser indicadas as reten es dos impostos incidentes (como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP). Caso seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribui es das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota-fiscal a devida comprova o, a fim de evitar a reten o na fonte dos tributos e contribui es, de acordo com a Lei n  9317/96 e a LC n  123/06.

O pagamento será efetuado mensalmente, em rela o aos serviços prestados no mês anterior, por meio de crédito em conta corrente do prestador, tal como informada no momento da assinatura do contrato, em até 30 dias, após a presta o do serviço e observada a manuten o das condi es de habilita o, considerando-se como data do pagamento, o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da Ordem Bancária.

Em caso de irregularidade na presta o do serviço e/ou na nota-fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regulariza o.

Mesmo após a presta o do serviço, se mant m para o contratado a responsabilidade civil e  tico-profissional pela perfeita execu o, estando obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas custas, total ou parcialmente, o objeto sempre que se verificarem vícios, defeitos ou incorre es.

16. RECURSOS

A inten o de recorrer deve ser manifestada pelo licitante, ou seu procurador, de forma imediata e motivada, logo após a declara o do vencedor do item objeto de recurso, conforme prevê a Lei n  10520/02, art. 4 , XVIII e XX, sob pena de decadência.

Ao licitante que manifestar inten o de recorrer será concedido o prazo de 3 dias para apresentar as razões do recurso de forma escrita, na Sede do Coren-PR e endereçadas ao Presidente. Será possível consultar os autos, porém sem sua retirada, permitida a extra o de cópias.

Os demais licitantes com procuradores na se o, ficarão nela intimados do prazo de 3 dias após as razões do recorrente para contra-razões a serem apresentadas de forma escrita, na Sede do Coren-PR e endereçadas ao Presidente. Os licitantes sem procuradores na se o serão intimados por qualquer meio que assegure a ciência do prazo. Será possível consultar os autos, porém sem sua retirada, permitida a extra o de cópias.

Encerrado o prazo para contra-razões, o recurso será julgado em até 5 dias e então publicado na imprensa oficial.

17. DEMAIS DISPOSI ES

Quando todos os licitantes forem inabilitados ou quando todas as propostas forem desclassificadas, a critério do Presidente do Coren-PR e desde que não haja prejuízo, poderá ser fixado prazo de 8 dias úteis para que os licitantes apresentem os documentos de habilita o ou as propostas corrigindo os erros que levaram   inabilita o ou   desclassifica o.

Curitiba, 01 de Outubro de 2009.

Montgomery Pastorelo Benites
Presidente do Coren-PR
Coren-PR n  42747

Oscar Pelissari Machado
Pregoeiro
Portaria Coren-PR n  14/2009

ANEXO I - Modelo de Declara o de Habilita o

DECLARA O DE HABILITA O

_____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF n  _____, com sede na _____ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que preenche todos os requisitos para habilita o exigidos no Edital n  006/2009.

Local e data.

(assinatura do procurador)

ou

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados no contrato social
ou documento cong nere e carimbos identificadores)

ANEXO II - Modelo de Procura 

PROCURA 

Outorgante: _____ (raz  social), inscrita no CNPJ/MF n  _____, com sede na _____(endereço completo), por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s),

Outorgado: Sr. (a) _____ (qualifica  completa); inscrito no CPF n  _____; portador do RG n  _____, domiciliado em _____ (endereço completo),

Poderes: representar em todos os atos inerentes o Pregão Presencial regido pelo Edital n  006/2009 do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná – Coren-PR, podendo formular lances, complementar proposta, negociar preço, interpor recursos ou ressalvas, renunciar   interposi o de recursos, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intima es, assinar declara es e assinar o Contrato oriundo da Licita o, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

(Local e data)

Raz  Social

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados
no contrato social ou documento cong nere e carimbos identificadores).

(Reconhecer Firma)

ANEXO III - Modelo de Declara o de não Emprego de Menor

DECLARA O DE NÃO EMPREGO DE MENOR

_____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF n . _____, com sede na _____(endereço completo), DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condi o de aprendiz, a partir dos quatorze, atendendo ao contido na Constitui o Federal, art. 7 , XXXIII.

Local e data.

(assinatura do procurador)

ou

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados no contrato social
ou documento cong nere e carimbos identificadores)

ANEXO IV - Minuta de Contrato

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N  ____ / ____ PARA PRESTA O DE
SERVIÇOS DE TELEFONISTAS, QUE ENTRE SI
FAZEM O CONSELHO REGIONAL DE
ENFERMAGEM DO PARANÁ E A EMPRESA

Processo administrativo n  029/2009
Edital n  006/2009

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ – Coren-PR** (Autarquia Federal criada pela Lei 5.905/73), CNPJ n  75.078.816-0001-37, com sede na R. XV de Novembro, 279 – 7  andar, Curitiba-PR, neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Montgomery Pastorelo Benites, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a ____, situada na ____, registrada sob o número CNPJ ____, neste ato representado por ____, cargo/fun o ____, CPF n  ____, RG n  ____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam este Contrato que será regido pelas condi es do Edital supramencionado e seus anexos, pela proposta da Contratada, pelos preceitos de Direito Público, em especial, pela Lei n  10520/02, pelo Decreto n  3555/00, e altera es; e pela Lei Complementar n  123/06, e demais normas pertinentes, pela Lei n  8666/93, e, supletivamente pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e pelas disposi es de direito privado, mediante as seguintes cláusulas e condi es.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a presta o de serviços de telefonistas, como abaixo especificado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – POSTOS DE TRABALHO

Local	N� de postos	Escala de trabalho
Sede Regional R. XV de Novembro, 279 7� andar – Curitiba-PR	1	Segunda a Sexta-feira 8 – 14 h

Subse�o Curitiba e Região Metropolitana Av. Agostinho Leão Jr., 55 Curitiba-PR	2	Segunda a Sexta-feira 1� posto: 7 – 13h 2� posto: 12 – 18h
---	---	--

PARÁGRAFO SEGUNDO - DESCRI O DOS SERVIÇOS DOS TELEFONISTAS:

- Realizarão os atendimentos telef nicos, diagnosticando a d vida e repassando ao setor ou funcionário responsável pelo assunto;
- Prestar o informa es mais detalhadas, porém básicas, em rela o aos documentos e custos para realizar os diversos procedimentos, como inscri o profissional, baixa por não exercer, mudança e transferência;
- Prestar o demais informa es, como endereços das Subse es, horários de funcionamento;
- Outras compatíveis com as acima, solicitados pelo Coren-PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DO OBJETO

A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condi es contratuais e mediante a celebra o de Termo Aditivo, os acréscimos ou as supressões nos serviços objeto deste Contrato que se fizerem necessários ao CONTRATANTE, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ou as supressões resultantes de acordo entre os contratantes, na forma prevista nos às 1  e 2 , inciso II, do art. 65 da Lei n  8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERA ES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos, por iniciativa da parte mencionada e nos termos previstos no art. 65 da Lei n  8.666/93, mediante a celebra o de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA

O início do contrato, seu regime de execu o e sua vigência regem-se pelas seguintes disposi es.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Integram o presente Contrato, regulando sua execu o, para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcri o:

- a íntegra do Edital n  006/2009;
- a proposta da CONTRATADA;
- os preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposi es de direito privado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A resolu o dos casos omissos, observar  os preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposi es de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n  8.666/93, combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura. Poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, a critério do CONTRATANTE, mediante a celebra o de Termo

Aditivo entre as partes, limitada a vigência do contrato a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n  8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO – A prorroga o dependerá da realiza o de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para o CONTRATANTE, das condi es e dos preços contratados, justificando a manuten o do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS, OBRIGA ES, PRERROGATIVAS E RESPONSABILIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – São PRERROGATIVAS ou DIREITOS do CONTRATANTE:

- a) Alterar unilateralmente o Contrato, nos casos previstos, resguardando os direitos da CONTRATADA.
- b) Rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos previstos, resguardando os direitos da CONTRATADA.
- c) Fiscalizar e conferir, em todos os aspectos, a execu o do Contrato, designando o seu Fiscal, rejeitando, total ou parcialmente o objeto que não estiver de acordo com o Contrato. O acompanhamento e a fiscaliza o da execu o deste Contrato serão exercidos no interesse do CONTRATANTE e não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos, nem implica em co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos.
- d) Comunicar   CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a presta o do serviço contratado, fixando prazo para sua corre o.
- e) Quando cometida pela CONTRATADA alguma infra o prevista nesse Contrato, aplicar, após o devido processo administrativo, as san es cabíveis.
- f) No caso de serviços considerados essenciais, poderá ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, quando necessária a cautela para apura o de faltas Contratuais pela CONTRATADA.
- g) No caso de concordata/recupera o judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, manter o Contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades e serviços considerados essenciais.
- h) Negociar as altera es Contratuais nos casos em que dependem consenso.

PARÁGRAFO SEGUNDO – São RESPONSABILIDADES do CONTRATANTE:

- a) Responder solidariamente com a CONTRATADA pelos encargos previdenciários resultantes da execu o do Contrato.
- b) Efetuar o pagamento correspondente   execu o do serviço contratado, nos termos e nas condi es especificadas neste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – São DIREITOS da CONTRATADA:

- a) Ter mantido o equilíbrio entre seus encargos e a retribui o por parte da CONTRATANTE.
- b) Ser indenizada pelos custos regularmente comprovados e monetariamente corrigidos dos materiais que já houver adquirido e posto no local dos trabalhos, no caso de supressão do objeto. Poderá ser indenizada por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

PARÁGRAFO QUARTO – São OBRIGA ES da CONTRATADA:

- a) Executar o serviço em conformidade com as regras e especifica es deste Contrato e dos instrumentos que o integram.
- b) Manter preposto como seu representante no local da obra ou do serviço.
- c) Manter um livro próprio para o registro das ocorrências no âmbito do CONTRATANTE, comunicando qualquer ocorrência, imediatamente, ao Fiscal do Contrato.
- d) Manter durante toda a execu o do objeto as condi es de habilita o exigidas no Edital supramencionado.
- e) Atender imediatamente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, quaisquer exigências ou esclarecimentos formulados pelo Fiscal do Contrato, relacionadas   execu o do serviço contratado.
- f) Substituir o seu preposto ou seu empregado disponibilizado na execu o do serviço contratado, cuja conduta seja julgada incompatível com a disciplina do CONTRATANTE ou com o interesse do serviço público, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a notifica o do CONTRATANTE, independentemente de qualquer justificativa por parte deste.
- g) Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.
- h) Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade ou irregularidade que venha a verificar na execu o do serviço contratado.
- i) Aceitar, nas mesmas condi es contratuais e mediante a celebra o de Termo Aditivo, os acréscimos ou as supressões no serviço objeto deste Contrato que se fizerem necessários ao CONTRATANTE, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma prevista no   1  do art. 65 da Lei n  8.666/93.
- j) Quando se observarem, ainda que após o recebimento definitivo, quanto ao objeto do contrato ou sua parcela, vícios, defeitos ou incorre es, resultantes da m  execu o ou da má qualidade dos materiais empregados, deverá, às suas custas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, elidindo o vício, defeito ou incorre o.
- k) Emitir, mensalmente, folha de pagamento nominal específica da mão-de-obra disponibilizada na execu o dos serviços contratados.
- l) Emitir relatório de frequência, bem como com a folha de pagamento nominal emitida especificamente para este Contrato e, ainda, com a cópia autenticada das respectivas Guias de Recolhimento do ISS, da Previdência Social – GRPS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, relativas ao mês da última competência vencida, devidamente quitadas.

PARÁGRAFO QUINTO – São RESPONSABILIDADES da CONTRATADA:

- a) Os danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execu o do contrato, responsabilidade que não fica excluída ou sequer reduzida pela fiscaliza o e acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- b) Fornecer uniformes e seus complementos   mão-de-obra envolvida, de acordo com o disposto no respectivo acordo, convenço ou dissídio coletivo.

- c) Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, responsabilidade que não se transfere para o CONTRATANTE no caso de inadimplência da CONTRATADA, exceto quanto aos previdenciários.
- d) Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras.
- e) Assumir todas as responsabilidades pelo atendimento dos seus empregados que executarão os serviços nas dependências do CONTRATANTE
- f) Lançar na Nota Fiscal/Fatura as especificações do serviço contratado, prestados no mês a que se refere.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A cada mês, A CONTRATADA deverá lançar na Nota Fiscal/Fatura as especificações do serviço prestados, objeto deste Contrato. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei não 9.317/96 e a LC não 123/06. A CONTRATADA, na emissão da Nota Fiscal/Fatura mensal, deverá destacar a retenção para a Seguridade Social, na conformidade e montante estipulado na Lei 8.212/91, e suas alterações posteriores, sendo este valor retido pelo CONTRATANTE e por ele repassado ao INSS, na forma da legislação específica em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO — No texto da Nota Fiscal/Fatura deverá constar obrigatoriamente o objeto da prestação de serviço, o mês de referência do serviço prestado, o não do processo que deu origem  contratação, o nome do Banco, a Agência e o não da Conta Corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO — O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em moeda nacional, por meio de Ordem Bancária, em até 30 dias, contado da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura e dos respectivos documentos comprobatórios pela CONTRATADA, condicionado o pagamento  verificação da conformidade dos serviços aos termos do contrato e dos documentos que o integram.

PARÁGRAFO QUARTO — Considera-se data do pagamento, o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da Ordem Bancária.

PARÁGRAFO QUINTO – Em hipótese alguma será admitida antecipo do pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO –  época do pagamento da Nota Fiscal/Fatura serão observadas as disposições da IN/SRF não 480, de 15 de dezembro de 2004, e suas alterações posteriores. Serão retidas pela CONTRATANTE, quando da efetivação do pagamento, as parcelas correspondentes ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ),  Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL),  Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e  Contribuição para o PIS/PASEP, consoante disposição do art. 64 da Lei não 9.430, de 27.12.96, (ISS) Imposto sobre Serviço, devido ao município onde será prestado o serviço contratado (LC não 116/2003 – art.6o  2o, inciso II).

PARÁGRAFO SÉTIMO – Para a realiza o de qualquer pagamento, a CONTRATADA deverá manter, ou comprovar que mant m, as condi es de habilita o exigidas no Edital n  006/2009.

PARÁGRAFO OITAVO – Nenhum pagamento será efetuado   CONTRATADA enquanto estiver pendente de quita o qualquer obriga o financeira para com o CONTRATANTE, que lhe tenha sido imposta em decorrência da aplica o de penalidade contratual resultante do devido processo legal.

PARÁGRAFO NONO – O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, mediante depósito bancário na conta corrente n  _____, da agência _____, do Banco _____, de titularidade da CONTRATADA. A CONTRATADA poderá indicar outra conta para a realiza o do pagamento, ficando estabelecido, desde já, que na falta de qualquer comunica o nesse sentido o pagamento será realizado na conta-corrente indicada neste dispositivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do CONTRATANTE, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, fica convencionado que os encargos moratórios devido pelo CONTRATANTE, entre a data em que o pagamento   devido e a data do efetivo pagamento, serão calculados mediante a aplica o da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I =  ndice de atualiza o financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%(seis por cento)

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,0001644$$

A atualiza o financeira prevista neste subitem será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pela inexecu o total ou parcial do contrato,   CONTRATADA serão aplicadas as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei n  8.666/93, sempre observado o devido processo legal, que assegure o contraditório e o direito   ampla defesa:

- a) advertência por escrito;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licita o e de contratar com a Administra o Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declara o de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administra o Pública Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da puni o ou até que seja promovida a reabilita o perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao

CONTRATANTE os prejuízos resultantes da inexecu o contratual e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada com base na alínea anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A aplica o das penalidades fixadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do *caput*   de competência exclusiva do Coren-PR.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A aplica o da penalidade estabelecida na alínea “d” do *caput*   de competência exclusiva do Ministro de Estado a que se vincula o CONTRATANTE, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilita o ser requerida após 2 (dois) anos da sua aplica o.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A penalidade de multa, de que trata a alínea “b” do *caput* será aplicada   CONTRATADA da seguinte forma, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do Contrato, por ato unilateral do CONTRATANTE:

a) pelo atraso ou interrup o injustificados na presta o dos serviços objeto do contrato, será aplicada multa de mora diária, calculada   razão de 0,3% (tr s décimo por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato, limitado a 2% (dois por cento) do valor mensal do contrato;

b) pelo atraso ou interrup o no serviço contratado, por período superior a 30 (trinta) dias, corridos ou intercalados, será aplicada multa de 0,3% (tr s décimos por cento) sobre o valor global estimado da contrata o e multa indenizadora de 10% (dez por cento) sobre esse valor;

c) pelo cumprimento irregular ou pela inexecu o parcial da contrata o, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contrata o relativa aos serviços executados irregular ou parcialmente;

d) pelo descumprimento total da contrata o será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor global estimado da contrata o.

PARÁGRAFO QUARTO – Se o valor da multa aplicada não for recolhido aos cofres do CONTRATANTE pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notifica o da decisão definitiva do CONTRATANTE, poderá ser ele descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE e, na impossibilidade de se proceder a descontos, será o valor inscrito como D vida Ativa e cobrado judicialmente pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO – As penalidades previstas no *caput* serão aplicadas isoladas ou cumulativamente   de multa.

PARÁGRAFO SEXTO – As penalidades previstas nesta Cláusula são poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado, comprovado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser rescindido nos casos e nos termos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei n  8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA DOTA O ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da dota o orçamentária n  04.1.02.001.0001.0005.0031 (Serviços Terceirizados de Telefonistas).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EFICÁCIA DO CONTRATO

Este Contrato s  terá eficácia depois de publicado seu extrato no  rg o Oficial, em conformidade com o disposto no   1  do art. 61 da Lei n  8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no  rg o Oficial, até o 5  (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Apesar do disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, a assinatura do Contrato pelo CONTRATANTE importa em autorização para o início da execução seu objeto pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DOZE – DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Seção Judiciária de Curitiba, com a exclusão de qualquer outro.

Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para os mesmos fins e efeitos de direito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Curitiba, ____ de _____ de _____.

Dr. Montgomery Pastorelo Benites
Presidente
**Conselho Regional de Enfermagem
do Paraná**

CONTRATADA

Testemunha 1
Nome, CPF, RG

Testemunha 2
Nome, CPF, RG

ANEXO V - Planilha de Forma o de Preços

PLANILHA DE FORMA O DE PREÇOS

Razão Social	
Endereço	
CNPJ	
Insc. Estadual	
Insc. Municipal	
Telefone	
e-mail	

Local dos serviços	N� de postos	Escala de trabalho	Valor mensal
Sede Regional R. XV de Novembro, 279 7� andar – Curitiba-PR	1	Segunda a Sexta-feira 8 – 14 h	R\$
Subse�o Curitiba e Região Metropolitana Av. Agostinho Leão Jr., 55 Curitiba-PR	2	Segunda a Sexta-feira 1� posto: 7 – 13h 2� posto: 12 – 18h	R\$ (para soma dos 2 postos)
Total Mensal (soma dos 3 postos)			R\$
Total Anual (total mensal multiplicado por 12)			R\$

Validade do Orçamento: 60 dias

Local e data.

(assinatura do procurador) ou

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados no contrato social
ou documento cong nere e carimbos identificadores)